

# NEGROS NA MATA ATLÂNTICA, TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.

*Dra. Simone Rezende da Silva*

[srezende@usp.br](mailto:srezende@usp.br)

*Universidade de São Paulo*

## **Introdução**

A Mata Atlântica é o nome genérico dado às matas úmidas que se estendiam por toda a costa brasileira, assim como ao complexo de ecossistemas a elas associados. Estas florestas foram em sua maior extensão destruídas restando atualmente apenas 7,3%<sup>1</sup> de sua área original. Mesmo diante de tão drástica redução seus remanescentes são de grande valor socioambiental dentro do bioma “Florestas Tropicais”.

Esta pesquisa procurou ressaltar a importância destes remanescentes florestais atlânticos, bem como os processos que levaram à sua quase total destruição, além ainda de analisar o papel das populações tradicionais, especificamente das populações quilombolas para a manutenção desses remanescentes florestais, já que em muitos casos estas populações historicamente foram impelidas a buscarem refúgio nas fronteiras florestais do país, e habitam estas regiões em áreas rurais onde os maiores fragmentos permanecem como remanescentes do antigo mosaico de florestas.

Considerando o aspecto social o campo brasileiro contém uma grande diversidade, tanto de paisagens, quanto de culturas, modos de vida, de pessoas que em diferentes contextos territoriais vivenciam o campo com valores e atitudes peculiares, sendo regionalmente definidos como caiçaras, quilombolas, ribeirinhas, jangadeiros, etc. Muitos são os conflitos e problemas enfrentados por estas populações consideradas muitas vezes à margem do desenvolvimento e que vem persistindo, reinventando seu modo de vida e buscando soluções conciliatórias de permanência em seus territórios.

Contudo, a decisão de centrar estudos nas populações quilombolas adveio do fato de historicamente as populações negras terem sido marginalizadas no Brasil, primeiro como mercadorias e depois como seres humanos de segunda categoria, o que levou a muitas populações negras a buscarem abrigo nas fronteiras florestais do país, nas quais por vezes encontraram indígenas e mestiços, com os quais muito intercambiaram, constituindo assim comunidades rurais negras que desenvolveram, em geral modos de vida integrados aos sistemas naturais.

O Brasil é um país multifacetado e a verificação de diversificadas situações é fundamental para construir um corpo analítico de questões que envolvem a sociedade complexa que somos. Apesar das distâncias e dos contextos regionais considerou-se que uma visão mais ampla dos conflitos e conquistas dos negros nestes remanescentes auxiliaria na compreensão da essência da permanência e reconhecimento das terras de negros e seu papel nos cenários atuais da conservação ambiental.

Desde 1988 quando a Constituição nacional assegurou a estas comunidades rurais negras, quilombolas, o direito aos territórios ancestrais, estas vêm organizando-se e lutando pelo cumprimento da lei e pela igualdade de oportunidades entre todos.

Acreditou-se nesta pesquisa, portanto, que o momento de luta das comunidades remanescentes de quilombos pela manutenção ou reconquista de seus territórios ancestrais era também o momento de se pensar que destino se queria dar aos remanescentes florestais atlânticos que compõem a paisagem de seus territórios.

Apesar de haver populações quilombolas espalhadas por todo o país, demonstrando o longo e abrangente período escravista brasileiro, a opção de realizar a pesquisa com populações negras cuja territorialidade materializava-se em fragmentos florestais atlânticos deveu-se por terem sido

---

<sup>1</sup> Informação retirada do site do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br), seção ecossistemas, subseção Mata Atlântica, em 01/06/07.

estas florestas historicamente ocupadas e devastadas, primeiro pela exploração colonial que resultou na substituição de grande parte das florestas por monoculturas extensivas que utilizaram a mão de obra escrava, e depois pela expansão da urbanização e industrialização. Portanto, a escolha da Mata Atlântica como campo de disputas territoriais ocorreu por estas florestas serem, de certa forma, retratos da historicidade de nossa sociedade e porque mesmo restando tão pouco do que um dia foram estas florestas continuam a ter grande importância ecológica, cultural, histórica e social.

A pesquisa abarcou comunidades quilombolas instaladas ao longo dos remanescentes de Mata Atlântica nas regiões, sudeste e nordeste do país. Visando realizar uma apreciação genérica, mas abrangente do estado de conservação destas florestas e aprofundar a análise no que dizia respeito ao papel das comunidades quilombolas para a manutenção dos territórios florestados foram escolhidas áreas representativas tanto da diversidade ecológica quanto histórica e cultural destas florestas.

Tendo em vista a grande extensão das florestas atlânticas, suas características ecológicas gerais e diferentes histórias de ocupação, foi necessário escolher comunidades em distintas regiões de nosso litoral, mas que tivessem em comum a luta para manutenção ou reconquista de seus territórios no domínio da Mata Atlântica, o que nos permitiu uma amostragem diversificada das paisagens atlânticas.

Dessa forma chegou-se à escolha de três comunidades Mandira, São Jorge e Povoação de São Lourenço. Todas já certificadas pela Fundação Cultural Palmares<sup>2</sup> e que aguardam a titulação de suas terras pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), instaladas em trechos de Mata Atlântica considerados, do ponto de vista ecológico, como prioritários para conservação e ao mesmo tempo disputados para o avanço de atividades agroindustriais. O que configurava situações de conflitos de territorialidades.

A comunidade de Mandira, localizada no município de Cananéia-SP, foi escolhida por encontrar-se no Vale do Ribeira, região na qual está o maior contínuo de Mata Atlântica preservada do Brasil e que também concentra a maior parte das comunidades quilombolas do Estado de São Paulo, sobreposição esta vista não como um acaso nesta pesquisa. Além disso, Mandira foi uma comunidade fortemente afetada pela imposição de Unidades de Conservação de uso indireto sobre o seu território e em função disso teve uma trajetória de organização e luta que levaram ao próprio reconhecimento da comunidade como quilombola e à criação de uma reserva extrativista.

A comunidade de São Jorge, localizada no município de São Mateus-ES, foi inserida nesta pesquisa por fazer parte da região do Sapê do Norte no Estado do Espírito Santo, região esta que até a década de 60 registrava a presença de contínuos florestais atlânticos (devastados pela monocultura do eucalipto) e cujos fragmentos hoje restantes, guardam ainda grande biodiversidade e são imprescindíveis para recomposição dessas florestas e ao modo de vida das populações quilombolas aí presentes, visto que a região, também não por acaso concentra a maior parte das comunidades quilombolas do estado. Soma-se a isto o grande conflito que vive atualmente com a expansão das atividades monocultoras (eucalipto e cana-de-açúcar) que consomem as florestas atlânticas da região.

A comunidade de Povoação de São Lourenço, localizada no município de Goiana-PE, fez parte deste estudo por localizar-se na Zona da Mata nordestina, primeira região do país explorada intensamente e onde a Mata Atlântica foi quase totalmente destruída restando apenas fragmentos desta. Além do mais, foi também para esta região que vieram os primeiros escravos negros, para trabalharem nos engenhos de cana do nordeste. Povoação de São Lourenço encontra-se em um desses poucos fragmentos atlânticos e mais importante, está em pleno movimento organizativo, resistindo às pressões da expansão da monocultura de cana-de-açúcar, assumindo-se quilombola e

---

<sup>2</sup> A Fundação Cultural Palmares é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal Nº 7.668, de 22.08.88, tendo o seu estatuto aprovado pelo Decreto Nº 418, de 10.01.92, cuja missão corporifica os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira, somando-se, ainda, o direito de acesso à cultura e a indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras.

inclusive fazendo parte de uma reserva extrativista como estratégia de permanência em seu território.

Esperava-se com esse número e distribuição das comunidades estudadas a realização de uma apreciação genérica, mas abrangente do estado de conservação destas florestas e o aprofundamento da análise no que diz respeito ao papel das comunidades quilombolas para a manutenção dos territórios florestados

A preocupação central da produção do espaço enquanto realidade objetiva e forma de concretização dos processos sociais foi ampliada e focada na tentativa de apreender o significado do território para estas comunidades e a lógica que rege o seu uso e determina a territorialidade dos grupos sociais e consequentemente como essa territorialidade relaciona-se com questões acerca da conservação da natureza.

Em momento algum houve a intenção de comparar tais comunidades entre si, visto que cada uma insere-se em determinado contexto regional e tem suas especificidades históricas e culturais, embora possuam aspectos semelhantes como o fato de serem comunidades rurais negras que se territorializaram em meio a Mata Atlântica e estarem organizadas e lutando pela reconquista de seus territórios, o que inclui reconquista da floresta.

## **Desenvolvimento**

Todas são áreas de conflito territorial, nas quais tanto a Mata Atlântica quanto as populações quilombolas estão ameaçadas, pois via de regra, os remanescentes florestais atlânticos encontram-se sobrepostos aos territórios de comunidades rurais culturalmente diferenciadas da sociedade abrangente, em particular as populações quilombolas, desta forma estas populações, foram historicamente expropriadas destes, seja pelos processos que destruíram a Mata Atlântica, seja posteriormente pelas ações preservacionistas que reservaram partes desta natureza.

Diante do estado de devastação das florestas atlânticas e dos processos que historicamente as levaram a esse estado, verifica-se que boa parte dos contínuos florestais ou dos pequenos fragmentos que ainda compõem as florestas atlânticas e seus fragmentos são territórios sobrepostos aos territórios de muitas populações tradicionais indígenas e não indígenas.

Afirma-se nesta pesquisa que esta sobreposição não se trata de mero acaso, mas sim o resultado de um processo histórico que marginalizou populações negras e fez muitas dessas populações buscarem abrigo e se fixarem em zonas afastadas dos incipientes centros urbanos ou das grandes monoculturas que substituíram as florestas nativas. E que são estas populações, em grande parte, responsáveis pela existência e manutenção da Mata Atlântica restante no país.

Não se procede aqui a uma exaltação de uma conduta ecologicamente de vanguarda, nem se nega que essas comunidades negras, assim como outras populações tradicionais, usassem as florestas atlânticas. Muito pelo contrário, acredita-se sim que tais populações tirassem e em muitos casos ainda tiram seu sustento do ambiente no qual estão ou estiveram instaladas, contudo, o que se pretende frisar é o modo como este uso aconteceu ou acontece.

A destruição dessas florestas avança dia a dia, seja pela expansão de atividades como o plantio de eucalipto e cana-de-açúcar, seja devido aos problemas de concepção e gestão que muitas Unidades de Conservação Ambiental de Proteção Integral enfrentam ao ignorarem seu contexto humano e cultural.

Desta forma a pergunta que esta pesquisa tentou responder foi: O processo de territorialização e/ou a territorialidade consolidada de populações quilombolas pode ser considerada aliada da conservação dos remanescentes de Mata Atlântica? Após 4 anos de pesquisas afirma-se que sim, e mais que isso, estes remanescentes existem porque neles viviam populações tradicionais, pois de outra forma estes teriam sido apropriados e consumidos pelo desenvolvimento urbano industrial.

A experiência demonstrou que áreas vazias, despovoadas e demarcadas como áreas naturais protegidas não foram eficazes para a manutenção da natureza, pois o homem amplia o seu domínio e quando é proibido de viver com a natureza ou não aprende a viver em harmonia com os sistemas

naturais, vai viver da natureza, ou seja, consumindo-a indiscriminadamente, como acontece no entorno de muitas dessas áreas protegidas demarcadas arbitrariamente.

A estratégia de conservação adotada nas políticas públicas brasileiras mostrou-se falha em muitos aspectos já apontados por diversos autores dentre eles (DIEGUES, 1994; ANGELO-FURLAN, 2000 e 2005a; ADAMS, 2000; ARRUDA, 2000; BRITO, 2003, entre outros). Estes processos, que em geral são de expropriação, tem sido um importante foco de pesquisas sobre o qual se têm debruçado vários especialistas como agrônomos, antropólogos, biólogos e geógrafos, pois se trata de uma oportunidade para discutir as relações entre homem, natureza e sociedade, além de ser revelador do embate entre modos de vida, entre as sociedades agrárias e urbanas.

A racionalidade econômica originou processos de degradação ambiental que levaram ao que hoje conhecemos por “crise ambiental”, que nada mais é do que o reconhecimento de que o ambiente como suporte e condição para existência da vida está ameaçado por um processo de produção baseado na idéia de natureza inesgotável e infinita.

Dentro desta lógica surgiu a idéia de preservação de “parcelas” da natureza aceleradamente apropriada e transformada. Contudo, a simples reserva de áreas de natureza “intocável” não foi suficiente, há nesta estratégia problemas de concepção e de gestão que devem ser revistos à luz de novos princípios de gestão ambiental e de democracia participativa, pois os problemas ambientais estão em grande medida vinculados aos problemas sociais (LEFF, 2001; GONÇALVES, 2000; ALIER, 1998).

Desta forma conclui-se que é necessário apoiar novas formas de preservação-conservação da natureza mais adequadas a nossos sistemas naturais e culturais, pois muitas vezes o território abrangido pela natureza a ser protegida coincide com territórios de populações tradicionais, então por que não reconhecer suas praticas e aliá-las a esta proteção e ao mesmo tempo garantir seu desenvolvimento no princípio da equidade?

Portanto, ao analisarmos o papel das comunidades quilombolas na manutenção, na conservação dos remanescentes de Mata Atlântica estamos tentando abrir caminho para a resolução de antigos impasses acerca da preservação da natureza.

A proteção da natureza, idealizada como selvagem e desabitada, assentou-se, portanto, sobre o princípio da dicotomia homem e natureza. Entretanto, em um país cujas características ambientais e sócio-culturais são tão diversificadas e principalmente, cuja história de distribuição oficial de terras se deu de maneira a privilegiar a grande propriedade monocultora, deixando à margem a maior parte da população, esse modelo tem inadequações, pois os cenários julgados de natureza intocada são ou eram habitados por diversas populações rurais, entre as quais populações tradicionais quilombolas, que são o foco dessa pesquisa.

Quando uma área é definida como prioritária para preservação ou conservação quase nunca há o questionamento de por que tal trecho de natureza foi preservado. Em geral, se resiste à idéia de que a alta biodiversidade ou o bom estado de conservação de muitas áreas está relacionado à presença de populações tradicionais, sendo estas, via de regra, expulsas ou marginalizadas dentro da nova territorialidade que lhes é imposta. Vários são os autores que têm se dedicado a fazer a crítica a este modelo (DIEGUES, 1994; ARRUDA, 2000; GHIMIRE, 2000; BENSUSAN, 2006).

Historicamente no Brasil as populações despossuídas e/ou etnicamente diferenciadas (como indígenas, negros e mestiços) foram impelidas a procurar abrigo na fronteira florestal, constituindo assim segmentos societários culturalmente diferenciados à margem do grande processo de desenvolvimento do país e que tornariam o campo brasileiro lugar de muitas posses e poucas propriedades, um verdadeiro mosaico de culturas.

Portanto, uma eficaz estratégia de conservação da natureza deve ter em conta que tão importante quanto a biodiversidade é a sociodiversidade, pois entende-se nesta pesquisa não haver natureza intocada. Pois “a diversidade biológica [...] não se restringe a um conceito pertencente ao mundo natural; é também uma construção cultural e social. As espécies são objeto de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais, e finalmente, mercadoria nas sociedades modernas.” (DIEGUES e ARRUDA, 2001, p. 11).

De acordo com Nurit Bensusan (2006) a biodiversidade de uma área seria o produto da história da interação entre o uso humano e ambiente. Uma combinação não apenas de alterações de fatores biofísicos, mas também de mudanças nas atividades humanas. Frequentemente o que é chamado de padrão natural não é senão o resultado de padrões de uso da terra e dos recursos associados, fruto de determinados estilos de vida ao longo do tempo.

Atualmente muito se tem discutido sobre a importância da biodiversidade e muitos trabalhos têm sido realizados com o objetivo de salvaguardar o que a maior parte dos pesquisadores acredita tratar-se esta. Contudo, a biodiversidade em geral é entendida como produto exclusivamente natural, e não incluindo a importância da ação humana na natureza ou muito menos que haja sociedades que não se vejam apartadas desta.

O entendimento, até agora predominante, de que toda relação entre homem e natureza seja destrutiva é simplificador e injusto com inúmeras culturas que desenvolveram outras formas de relação com a natureza. O modelo de área protegida que não permite moradores em seu interior não faz distinções entre as várias formas de sociedade (a urbano-industrial, a tradicional, a indígena, etc.) e mesmo quando se trata de comunidades tradicionais presentes há gerações nessas áreas, estas passam à ilegalidade, dando início assim a numerosos conflitos de territorialidades.

Contudo, é a partir dos conflitos estabelecidos entre populações tradicionais e áreas protegidas devido à sobreposição de territórios, principalmente após a década de 1970, que surge a reivindicação de alguns pesquisadores acerca de uma outra forma de pensar a relação entre homens e natureza.

Embora a maioria dos autores tenha centrado suas análises no conflito entre populações tradicionais e áreas protegidas (DIEGUES, 1994; PIMBERT e PRETTY, 2000; GHIMIRE, 2000; ARRUDA, 2000; ANGELO-FURLAN, 2000; REZENDE-SILVA, 2004 e 2000) esta não é a única ameaça que tais populações enfrentam. Da mesma forma que áreas são escolhidas como patrimônios de natureza, outras o são como locais para a expansão de atividades de desenvolvimento econômico altamente consumidoras de recursos naturais.

Um exemplo disso é a história de conquista, ocupação e desenvolvimento econômico do Brasil que deu-se principal e fundamentalmente num primeiro momento sobre o domínio da Mata Atlântica. Da extração de madeira, plantio de cana-de-açúcar e café à industrialização e urbanização, as florestas atlânticas bem como suas populações nativas e outras a ela relacionadas (negros e mestiços) foram consumidas nesse processo. E mesmo atualmente, restando apenas tão pouco dessas florestas elas continuam pressionadas e ameaçadas.

Os investimentos e incentivos recentes ao desenvolvimento e uso de biocombustíveis vêm dando impulso a uma nova expansão da monocultura de cana-de-açúcar, principalmente no centro-oeste paulista e na Zona da Mata nordestina.

Em Povoação de São Lourenço, comunidade localizada no município de Goiana-PE, e uma das comunidades trabalhadas nesta pesquisa, seus moradores lamentam estarem cada vez mais ilhados pelo “mar verde” dos canaviais que estão se expandindo sobre antigas áreas de roça da comunidade e sobre atuais áreas de extração de moluscos, manguezais aos quais a comunidade chama localmente de maré:

*“Nós estamos cada vez mais pressionados, isso tudo aqui é cana, cana, cana que não acaba mais, eles estão derrubando até mangue para pôr no lugar a cana, daqui dá para ver. Quase não tem lugar para roça, e daqui a pouco não vai ter lugar para pegar a ostra, porque eles estão acabando com a maré.” (Dadá, moradora de Povoação de São Lourenço – julho de 2007).*

Além dos problemas causados pela expansão canavieira na região de Povoação de São Lourenço, os moradores dessa comunidade deparam-se com problemas decorrentes da degradação do manguezal de onde extraem moluscos, a maré, e de todo o estuário do rio Goiana pela carcinicultura, ou seja, fazendas de cultivo de camarões.

Povoação de São Lourenço é uma comunidade de remanescentes de quilombo, já reconhecida pela Fundação Cultural Palmares e que aguarda a demarcação de seu território pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Essa comunidade que vivia da roça de subsistência, da extração de produtos florestais caça e pesca, vem sendo historicamente pressionada pela monocultura da cana-de-açúcar, que ocupou quase a totalidade de suas terras. Na impossibilidade do cultivo agrícola os moradores da localidade foram dedicando-se cada vez mais à pesca e, sobretudo à extração de moluscos dos manguezais ali próximos.

Tanto a cana-de-açúcar quanto a carcinicultura vem impactando e reduzindo a área de ocorrência do manguezal, diminuindo assim a quantidade de peixes e moluscos, tão necessários à dieta e ao orçamento dessa população.

Durante décadas seus moradores usufruíram dos benefícios da natureza local, prática e simbolicamente e a mantiveram em equilíbrio até terem de disputar seus territórios com atividades de interesse comercial de larga escala.

Portanto, não há dúvida que melhor para a manutenção da biodiversidade nessa região é manter também a sociodiversidade. A população que necessita dos recursos desse estuário também é necessária para a continuidade de existência desses recursos.

Desta forma, a criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana, que engloba Povoação de São Lourenço é uma medida que deve assegurar a continuidade dos ecossistemas locais, bem como a continuidade do modo de vida de seus moradores.

Outro exemplo interessante de convivência harmônica entre sociedade e natureza pode ser encontrado na comunidade de São Jorge, localizada no extremo norte do estado do Espírito Santo, região conhecida como Sapê do Norte, que até poucas décadas atrás era recoberta por Mata Atlântica. A floresta havia permanecido nessa região devido à presença e uso que comunidades como São Jorge, bem como das demais comunidades negras ali instaladas há gerações fizeram dessas florestas costeiras.

Essas comunidades negras viviam da agricultura para provimento familiar, extração florestal, caça e em grande medida da pesca de rio, que era uma importante fonte de proteína animal na região. Desta forma, entende-se que ao mesmo tempo em que dependiam do provimento florestal, foram eles os responsáveis pela salvaguarda dessas florestas, que além de prática eram também importantes do ponto de vista simbólico e espiritual, como nos relata esse morador da região:

*“Isso tudo aqui era mata, mata a perder de vista, eu ainda peguei essa época de fartura, tinha caça à vontade, todo mundo tinha sua rocinha, peixe tinha demais também, esses rios eram tudo cheio de peixe de todas as qualidades, hoje se acabou o peixe, não tem mais rio limpo, é tudo cheio de veneno do calipto (eucalipto). E até as coisas da religião da gente se prejudicou, porque não tem mais mata, tem coisa que não dá mais para fazer.”* (Helvácio, morador de São Jorge – novembro de 2006).

Contudo, a partir dos anos 1960 essas comunidades negras, hoje reconhecidas como remanescentes de quilombos, foram sendo expulsas de seus territórios também pela expansão da cana-de-açúcar, mas principalmente pela chegada avassaladora do monocultivo de eucalipto para produção de celulose.

De acordo com Yaccoub (2005) na região conhecida como Sapê do Norte viviam cerca de 10 mil famílias negras distribuídas em aproximadamente 2 mil comunidades, hoje persistem na região cerca de 1300 famílias distribuídas em 35 comunidades. Entretanto, é com essas famílias que insistiram em permanecer na terra que começa o longo trabalho de reconstrução cultural, econômica e territorial dessas populações.

Do sucesso dessas comunidades em obterem de volta seus territórios (mais de 50 mil hectares) depende em grande parte a possibilidade de recuperar áreas e vigor da Mata Atlântica. Pois que essas comunidades querem não apenas suas terras, querem acima de tudo o território

ancestral, da terra rola (que não pertence a ninguém e onde todos podem soltar suas criações), das florestas que mantêm a saúde das águas e onde os rituais da religião de matriz africana podem voltar a acontecer.

A terceira comunidade visitada para esta pesquisa, Mandira, localizada no município de Cananéia-SP, é outro exemplo, talvez o melhor sucedido, de convivência saudável e continuada entre homem e natureza.

Como as demais, Mandira é uma comunidade negra remanescente de quilombo e desenvolvia um modo de vida extremamente ligado aos recursos disponibilizados pela Mata Atlântica. Agricultores e secundariamente pescadores, suas vidas foram fortemente impactadas não pela destruição da natureza necessária à suas vidas, muito pelo contrário, o impacto foi causado pelo modo de proteção dessa natureza, ou seja, pela criação de uma unidade de conservação ambiental de proteção integral e uso indireto, além de outras legislações ambientais restritivas às atividades ali desenvolvidas, como o código florestal.

A proibição ao cultivo de suas terras e à extração e caça nas florestas, devido à sobreposição do Parque Estadual de Jacupiranga em parte de seu território, a atividade da comunidade voltou-se para a extração de moluscos do manguezal próximo a eles. Da intensa relação com as florestas passaram a uma intensa e continuada relação com esses manguezais e foi a partir dessa relação que surgiu e se concretizou a idéia de criação da Reserva Extrativista de Mandira.

*“Quando o meio ambiente começou a fiscalizar e dizer que tudo que nós fazia era ilegal, foi muito difícil, e foi assim, vamos dizer, pior, porque se nós não podia fazer roça, tinha que consumir mais coisas das matas. Mas o trabalho com a ostra predominou e no começo tinha também seus problemas, porque esse era considerado um trabalho sujo e se ganhava pouco. Depois, quando nós fomos assim, nos organizando, que nos reconhecemos como quilombolas e veio a idéia da reserva extrativista é que o trabalho ficou mais organizado, mais lucrativo e melhor também para o manguezal.”* (S. Chico Mandira, morador da comunidade de Mandira – outubro de 2006).

A criação dessa Reserva Extrativista consolidou laços de união entre os moradores (que são também parentes) e devolveu dignidade ao trabalho por eles realizado. Além do mais, antes como agora, essa comunidade é em grande parte responsável pela manutenção dos sistemas naturais na região, pois que na sua interação com esses sistemas os protegeram de atividades nocivas como a especulação imobiliária e o turismo de larga escala.

Os três casos pesquisados neste trabalho são emblemáticos por vários motivos, primeiro por se tratarem de comunidades negras cujos ancestrais tendo sido considerados mercadorias foram usados na destruição das florestas e depois descartados, porém, foi justamente nas fronteiras florestais, no contato com os indígenas que estes ancestrais aprenderam a manejar a natureza e a viver com ela. Em segundo lugar, as três áreas de remanescentes de Mata Atlântica nas quais estas comunidades vivem há gerações são consideradas áreas prioritárias para conservação devido a alta diversidade biológica e altas taxas de endemismos<sup>3</sup>. E em terceiro lugar as três comunidades enfrentaram ou ainda enfrentam conflitos territoriais nos quais estão em jogo não somente a sobrevivência das comunidades, mas também a continuidade da natureza aí preservada.

Muitos pesquisadores (BALÉE, 1994 e 1998; DIEGUES, 2000; GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000; LARRÈRE, 1997; POSEY, 1987, 1998 e 2000) afirmam que muitas das áreas habitadas por populações tradicionais se conservam com cobertura florestal e com alta biodiversidade em virtude do manejo ligado ao modo de vida dessas comunidades. Esta forma de enxergar as relações entre homens e natureza pode ser chamada de “ecologia social”, que em geral apóia-se na etnociência ou etnobiologia, isto é, nos conhecimentos empíricos e cosmológicos das populações tradicionais acerca da natureza como fonte de informação. Segundo Posey (1987, p. 15) a etnobiologia é: “o

---

<sup>3</sup> Embora nesta pesquisa questione-se o fato das áreas prioritárias para conservação sigam critérios apenas biológicos, isto não quer dizer que estes não sejam relevantes e sim que aliados a estes existem critérios socioculturais.

estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito da biologia [...] é o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes”.

Para Gómez-Pompa (1971, p. 124) “as florestas tropicais têm atrativos e problemas dificilmente igualados por outras floras no mundo, que vão desde o conhecimento das espécies que as compõem, até o entendimento da origem da diversidade e riqueza florística que as caracterizam.” Isto quer dizer que se conhece ainda pouco dessas florestas, principalmente no que diz respeito à origem de sua diversidade.

Gómez-Pompa (1971) postula, a partir de seus estudos nas florestas mexicanas, a idéia de que a riqueza de espécies nos trópicos está fortemente vinculada à vegetação secundária e que a evolução de muitos táxons tropicais não pode ser entendida sem se levar em conta seu comportamento na sucessão secundária, ou seja, ligada ao manejo exercido historicamente por muitas populações tradicionais, mas principalmente à agricultura itinerante.

Embora a sucessão ecológica ocorra também sem manejo humano, o que esse autor quer enfatizar é que o manejo realizado no México, por populações tradicionais, estava adaptada ao contexto das florestas tropicais por isso as enriqueciam.

O homem desde a pré-história interfere consciente ou inconscientemente na distribuição da vegetação, seja pela dispersão de sementes, pela proteção de espécies consideradas úteis ou sagradas, pela seleção de espécies para domesticação, pela caça ou domesticação de animais necessários à polinização de espécies da floresta, etc.. Gómez-Pompa (1971) afirma, por exemplo, que várias espécies da floresta tropical mexicana haviam sido manejadas pelo homem e sua distribuição se relaciona com este fato.

Os pesquisadores Catherine Larrère e Raphael Larrère (1997, p. 140) também afirmam que o homem em determinadas condições desempenha papel crucial para a origem e manutenção da diversidade de espécies, pois “freqüentes e variáveis, as perturbações intervêm não somente para iniciar a sucessão, mas também em todos os momentos de seu desenvolvimento: desempenham papel determinante na variabilidade espacial e temporal da vegetação [...] Em realidade, toda fragmentação da biosfera, como se pode observar hoje, é o produto local de uma história singular e definitivamente única”.

Diante de estudos que comprovam tipos de manejo, que vão desde a proteção de espécies até sua dispersão em determinados ambientes Diegues e Arruda (2001), bem como Gómez-Pompa e Kaus (2000) afirmam ser necessário repensar o conceito de florestas “virgens” pois “À medida que aumenta o nosso conhecimento e entendimento sobre as influências antropogênicas na composição da vegetação madura, é necessário redefinir e qualificar o que se quer dizer por hábitat não modificado. A questão se refere simplesmente à densidade dos humanos, mas aos instrumentos, tecnologias, técnicas, conhecimento e experiência que acompanham o sistema de produção de uma determinada sociedade.” (GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000, p. 133).

As populações tradicionais, indígenas ou não, têm formas próprias de nomear, classificar e atribuir valor à natureza com a qual estão, muitas vezes, intrinsecamente interligadas, por isso esta, em geral, não é entendida como recurso natural e sim como parte constituinte da vida cujos saberes são passados oralmente de geração a geração.

Para estes autores as práticas cotidianas dessas populações, tais como a agricultura itinerante, são responsáveis pela manutenção e por vezes também pelo aumento da biodiversidade local.

Gómez-Pompa e Kaus (2000) alertam para a importância de atuais e futuros cientistas entenderem as conseqüências ecológicas benéficas e destrutivas das perturbações antropogênicas e de incorporarem visões alternativas no trato com o meio ambiente, avaliando-o em seu contexto histórico, social e cultural. Para estes autores, por exemplo, a agricultura de corte e queima, a coivara, é parte integral dos ecossistemas florestais tropicais há milênios, contudo, ela não deve ser confundida com queimadas abusivas, realizadas em larga escala por agricultores que não têm domínio do ambiente local.



A coivara, como é conhecido no Brasil o processo de corte e queima de um pequeno trecho de mata para cultivo de alimentos para o grupo, assemelha-se ao processo natural de abertura de clareiras na floresta, que pode ser provocado pela queda de uma árvore sobre outras e que abre espaço para que novas plantas cresçam, causando assim diversificação dos ambientes. Depois de cultivada a terra é deixada em pousio, um descanso de anos ou décadas para a recomposição do ambiente (SAMPAIO e ANGELO-FURLAN, 1995).

Populações tradicionais possuem técnicas próprias de uso e manejo dos recursos naturais, através das quais interferem no processo de sucessão ecológica, promovem a regeneração de áreas degradadas, a ciclagem de nutrientes e o aumento da riqueza de espécies nos ecossistemas manejados

Afinal, de acordo com Diegues (2000, p. 30) o conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbana/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração.

Darrell Addison Posey (1987 e 1989) após efetuar pesquisas durante anos entre os índios caiapós (hoje na Amazônia), principalmente no que diz respeito à ecologia de insetos da floresta, em que contou com a ajuda dos indígenas, afirma existirem diversos mitos relacionados a insetos, e que são estes mitos os responsáveis pela transmissão de muitos conhecimentos acerca do ecossistema no qual residem. Pois é a partir da observação da natureza que estas populações traçam estratégias para defesa da roça contra predadores, ervas daninhas, etc. Os indígenas desta etnia têm seus comportamentos relatados, em histórias com ligações entre insetos e humanos, relações baseadas em parentesco, em amizade, ou em desafios. Desta forma as informações são mais facilmente apreensíveis e transmitidas por toda sociedade.

Philippe Descola (2000) fortemente influenciado pelas idéias de William Balée (1994) afirma que estudos de ecologia e de etnoecologia, têm sido realizados há décadas e mostram que a fragilidade dos diversos ecossistemas tropicais e a diversidade e a extensão dos saberes, das técnicas desenvolvidas pelos ameríndios para tirar proveito de seu meio ambiente e adaptá-lo a suas necessidades estão relacionados. O autor sustenta ainda que além dos conhecimentos técnicos, botânicos, agrônômicos ou etnológicos empregados pelos índios em suas atividades de subsistência, é o conjunto de suas crenças religiosas e de sua mitologia que deveria ser considerado uma espécie de saber ecológico transposto, como um modelo metafórico do funcionamento de seu ecossistema e dos equilíbrios a serem respeitados para que este se mantivesse em um estado de homeostasia.

No seu cotidiano, as populações indígenas realizavam tarefas como a caça, a pesca, a lavoura, além de participarem de festas e rituais em homenagem aos seus deuses: a Chuva, o Sol, a Lua e outros seres da natureza. O céu tinha (e em muitos casos atuais ainda tem) um papel muito importante para os índios: usado como referência para planejarem as atividades do dia-a-dia. Portanto, sabiam como funcionavam os ciclos solar e lunar e a posição de certas estrelas no céu e como isso se relacionava com as atividades na terra. E não é a geometria, a física nem a matemática que os ajudava a identificar o movimento e a posição dos astros, eram as lendas e os mitos de cada tribo que ensinavam aos índios tais conhecimentos.

Contudo, poucos são os pesquisadores que realmente enfrentam o desafio de transpor os limites de sua própria cultura e tentam conhecer e entender as formas de cognição e representação do mundo em culturas alheias a sua.

De acordo com Castro (2000) a produção de tais conhecimentos possui múltiplas dimensões, visíveis e invisíveis, referentes à própria organização do trabalho dos povos tradicionais reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e enfim, o simbólico. Existe uma co-relação entre a vida econômica e a vida social do grupo na qual a produção faz parte da cadeia de sociabilidade e a ela é indissociavelmente ligada. Esse sistema de saberes redonda em um inventário de utilidades dos recursos naturais, que se organiza a partir da proximidade e compreensão do ambiente circundante, que, no entanto, se assenta em uma compreensão não utilitarista desse conhecimento. Nesse sentido os estudos de Castro (2000) alinham-se com os de Alfredo Wagner Berno de Almeida que afirma serem os conhecimentos das populações tradicionais mais do que utilitários, seriam sofisticados e inseridos em uma lógica de funcionamento do mundo.

Nesse sentido, a produção de farinha de mandioca realizada pelos povos originários do Brasil e posteriormente difundida entre várias outras culturas do país, seria um exemplo de sofisticação desses conhecimentos, afinal a espécie de mandioca utilizada no fabrico da farinha, é conhecida por “mandioca brava” por conter grande quantidade de ácido cianídrico, altamente tóxico se ingerido por seres humanos. Contudo, os indígenas desenvolveram técnicas para eliminar tal substância e obtiveram um saboroso e nutritivo alimento para sua dieta.

William Balée (1998) preocupado com as inter-relações entre homens e o mundo natural, por ele chamado de biosfera, se propõe aos estudos de ecologia histórica e coloca três premissas para o entendimento dessas inter-relações:

“Premissa 1 – Muita, senão toda, a biosfera não humana tem sido afetada pela atividade humana [...]. Premissa 2 – A atividade humana não leva necessariamente à degradação da biosfera não humana e à extinção das espécies, e também não necessariamente cria uma biosfera mais habitável para humanos e outras formas de vida e incrementa a abundância dessas [...]. Premissa 3 – Diferentes tipos de sistemas econômicos e sócio-políticos (ou economias políticas) em determinados contextos regionais tendem a resultar em efeitos qualitativamente diferentes sobre a biosfera, sobre abundância e especiação de formas de vida não humanas e sobre a trajetória histórica dos subseqüentes sistemas econômicos e sociopolíticos humanos (ou economias políticas) nas mesmas regiões.” (BALÉE, 1998, p. 14, 19 e 22).

O que este autor está afirmando é que diferentes sociedades relacionam-se de distintas formas com seus ambientes. Não existindo natureza intocada, toda a natureza que se vê passou ou passa na atualidade por algum tipo de intervenção humana, por isso as paisagens, ou seja, a natureza em somatória de tempos é o resultado dessa inter-relação histórica.

Pesquisadores como William Balée (1998) e Darrell Addison Posey (1998) com uma longa trajetória de pesquisas com populações tradicionais e conservação da natureza exploraram com grande sucesso as potencialidades dos estudos de paisagens, sobretudo de paisagens aparentemente “naturais”, mas que continham fortes componentes antropogênicos. Para tanto procederam a estudos da ecologia histórica, que os permitiram, entre outras coisas, indicar outros rumos e perspectivas para uma melhor e mais justa conservação da natureza.

“A ecologia histórica tem um papel importante em alertar cientistas de muitas disciplinas e subdisciplinas acerca da natureza e importância da influência humana na conservação, manejo e inclusive estímulo da diversidade biológica e ecológica. As qualidades antropogênicas da paisagem tem se tornado crescentemente evidentes, desta forma, diminuindo a idéia de que as sociedades humanas só podem ser destrutivas para a natureza e que os recursos tradicionais são “selvagens”. Estas descobertas também assinalam a necessidade de incluir recortes diacrônicos em todos os estudos biológicos e ecológicos.” (POSEY, 1998, p. 115).

Para este autor, bem como para muitos outros inseridos nos estudos de ecologia histórica, a paisagem é um conceito importante, visto que integra homem e natureza num mesmo cenário que vem sendo construído historicamente na inter-relação entre ambos, sendo o tempo um importante componente.

“A paisagem – no sentido ecológico do termo – é uma estrutura espacial que resulta da interação entre os processos naturais e atividades humanas. Sobre o fundo estável de uma arquitetura do conjunto (montanhas, pântanos, etc.) a transformação dos modos de ocupação do solo e dos sistemas de produção modifica a disposição dos habitats, a repartição dos agrossistemas, a fisionomia das florestas. As sociedades humanas modelam seu território [...] Mas a vegetação também tem uma dinâmica

própria, trazendo sempre traços do passado, a paisagem, manejada ou abandonada, necessariamente se transforma [...] Se há uma base objetiva (ecologia de paisagem), a paisagem não é um lugar, mas um olhar sobre o lugar.” (LARRÈRE, 1997 p. 203).

O geógrafo Milton Santos (2002a, p. 103), trabalhou intensamente com o conceito de espaço, mas distinguiu-o do conceito de paisagem: “Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza.”

Para Milton Santos a paisagem é a parte da configuração territorial que abarcamos com a visão, ela é a materialidade do espaço, que trás à tona a temporalidade dos espaços, ou seja, a paisagem enquanto conceito integrador entre o físico e o social é a coexistência de tempos, de passado e presente ou de um passado reconstituído no presente.

A definição de paisagem como fruto de uma história comum e interativa entre homem e natureza e em constante transformação, auxilia uma nova perspectiva de conservação da natureza, e poderia, inclusive, ser um conceito norteador de novos critérios de seleção de áreas prioritárias para a conservação da natureza, que hoje se baseiam principalmente em critérios biológicos restritos. Diegues (2000), por exemplo, sugere que um novo critério para seleção de novas áreas para conservação seja o da existência de áreas de alta biodiversidade decorrente do conhecimento e do manejo tradicional ou etno-manejo realizado pelas populações tradicionais indígenas ou não indígenas.

Desta forma, essas populações ao invés de serem expulsas de suas terras/territórios, seriam valorizadas e incluídas em novas estratégias de conservação. Quebrando assim, barreiras e preconceitos que a ciência convencional tem criado ao longo dos anos.

### **Algumas considerações**

A emergência da questão ambiental nas últimas décadas lançou uma nova luz sobre o papel dessas populações para uma efetiva conservação da natureza. Pesquisas têm demonstrado que os sistemas de manejo dos recursos naturais das populações tradicionais, indígenas ou não têm características positivas para a manutenção dos sistemas naturais. Como se viu ao longo deste trabalho muitos pesquisadores têm potencializado o conhecimento acumulado no campo da etnociência e afirmam que algumas das atividades humanas no meio ambiente tropical (como a agricultura itinerante e do adensamento de espécies úteis) favorece em muitos casos a diversidade biológica e o processo de especiação.

A política ambiental ainda predominante, ao ignorar o potencial conservacionista dos segmentos culturalmente diferenciados que historicamente preservaram a qualidade das áreas que ocupam, tem desprezado uma das vias adequadas para alcançar os objetivos a que se propõe. Contudo, se o poder público considerasse essas comunidades e territórios como possíveis aliados em um processo contínuo de conservação da natureza e desenvolvimento social todos ganhariam.

Entretanto, é necessário também que essas populações e sobretudo o movimento negro, que luta ativamente pela demarcação das terras quilombolas, bem como por outras formas de políticas afirmativas para o povo negro, esteja mais integrado às discussões acerca da conservação da natureza, a exemplo do ocorrido na década de 1980 com o movimento dos seringueiros na Amazônia, que trilhando esse caminho conseguiram importantes conquistas ambientais, sociais, culturais e econômicas.

O Brasil passa por um momento em que novos sujeitos de interesse entram em cena, não só por conta do crescimento de grupos e lutas já existentes, como no caso do Movimento dos Sem-Terra, mas também ganham espaço as populações tradicionais, particularmente as populações quilombolas cujos direitos estão constitucionalmente assegurados, emergem com grande vigor e potencialidade.

Visto que nos territórios quilombolas, assim como de outras populações tradicionais, em geral encontram-se remanescentes florestais atlânticos ou outros sistemas naturais, condição

necessária para a manutenção das atividades dessas comunidades, a questão ambiental seria um interessante ponto de partida para a inclusão dessas populações e territórios no planejamento do poder público visando o desenvolvimento socioeconômico e a valorização cultural destas juntamente com a manutenção dos sistemas naturais.

Embora entre os programas oficiais do governo federal esteja o “Programa Brasil Quilombola”, que visa garantir a posse da terra e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas e entre os programas instituídos pelo Ministério do Meio Ambiente esteja a “Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”, a partir do qual surgiu o Decreto N° 5.758, de 13 de abril de 2006, que Instituiu o “Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP”, que teria o objetivo amplo e audacioso de realizar a integração tanto das áreas protegidas quanto das reservas indígenas e territórios quilombolas, formando grandes contínuos de conservação da natureza e desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais. Pouco ou quase nada foi feito para a implementação desses objetivos.

Faltam recursos financeiros e principalmente integração entre os órgãos do poder público. Pois em realidade esses programas atentam contra os objetivos predominantes dessa gestão, que estão marcadamente ligados à expansão do agronegócio exportador e em outras atividades fortemente consumidoras de recursos naturais. Desta forma, a instituição dos dois programas governamentais para promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, tornam-se inviáveis se todo o restante das decisões governamentais caminham no sentido de eliminá-las das áreas que historicamente ocupam.

A problemática das populações quilombolas, bem como da conservação da natureza, estão interligadas e como tal deveriam estar inseridas no planejamento estratégico do país a partir de uma vinculação estreita entre os ministérios do “Meio Ambiente”, da “Agricultura, Pecuária e Abastecimento”, do “Desenvolvimento Agrário” e da “Cultura”. Contudo em cada um desses setores do poder público parece se falar distintas línguas e programas independentes seguem enfraquecidos e sem a obtenção de mudanças significativas dos problemas específicos dessas comunidades.

Os problemas ambientais estão, em grande medida, vinculados aos problemas sociais e econômicos, desta forma, é necessária a instituição de novos princípios de respeito às diferenças culturais, de gestão ambiental e de democracia participativa, pois uma nova racionalidade ambiental pressupõe uma nova racionalidade produtiva, que inclua as camadas marginalizadas de nossas sociedades.

É necessário, portanto, que a proteção ambiental seja tomada sob um ponto de vista amplo, estratégico e político, isto é, que seja encarada como um investimento necessário não só para a preservação da natureza, mas sim como uma forma de desenvolvimento participativo e democrático, afinal a intensa fragmentação dos ambientes naturais, sobretudo das florestas atlânticas são questões preocupantes e que devem ter um tratamento urgente.

Diante da problemática de manutenção dos remanescentes florestais e das populações tradicionais a adoção de políticas de recuperação qualitativa de paisagens visando a conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida tem como elemento chave a utilização dos fragmentos florestais como ilhas de biodiversidade e a interligação destes através de corredores ecológicos, socioeconômicos e culturais.

Novos desenhos e objetivos para a proteção da natureza são necessários e possíveis, como bem demonstram as reservas extrativistas e os territórios quilombolas ou as reservas indígenas. Muitas iniciativas nas últimas décadas têm tentado abordar a conservação e o desenvolvimento em um contexto integrado, que beneficie as populações locais e os sistemas naturais dos quais elas dependem.

A inclusão da perspectiva das populações rurais na conservação da natureza e o investimento no reconhecimento de sua identidade, na valorização de seu saber, na melhoria de suas condições de vida e na garantia de sua participação na construção de uma política de conservação da qual sejam também beneficiadas é um caminho possível a ser trilhado.

Assim sendo, a preocupação com o meio ambiente, bem como o desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis, que levem em conta produtividade biológica, aliado a aspectos sócio-econômicos e ambientais, são cada vez mais necessários. É importante que os valores ambientais, econômicos e socioculturais das áreas florestais, proporcionem mudanças significativas e o surgimento de novas propostas para a utilização de novos sistemas de produção.

Afinal problemas como o desmatamento avançam dia a dia, seja pela expansão de atividades como o plantio de eucalipto e cana-de-açúcar, seja devido aos problemas de concepção e gestão que muitas unidades de conservação de uso indireto enfrentam ao ignorarem seu contexto humano e cultural.

Os estudos de caso nesta pesquisa vieram comprovar e materializar a hipótese de que as comunidades quilombolas podem ser parceiras na conservação da natureza e que seus processos de territorialização são importantes barreiras ao avanço da destruição dos sistemas naturais, especialmente no que se refere aos remanescentes florestais atlânticos.

A composição de uma memória coletiva “recriada”, assentada sob a perspectiva da luta pela terra/território e pela “invenção” de uma nova identidade, quilombola, tendo como pano de fundo a Mata Atlântica provedora material e simbólica de modos de vida diferenciados, foi de fundamental importância para se compreender o processo interativo entre as comunidades estudadas e seu ambiente.

A memória recriada a partir do presente que é de luta pelo território ancestral veio consolidar as bases teóricas desta pesquisa. O território é o fundamento unificador dessas comunidades e é entorno a ele que a vida acontece e faz sentido, pois é nele que se assenta a cultura, os laços de parentesco, as sociabilidades, a economia e o trabalho.

Nas áreas escolhidas, relevantes sob o ponto de vista natural, mas, sobretudo social, demonstrou-se que a organização comunitária entorno à identidade quilombola e à reconquista ou manutenção dos territórios ancestrais tem efeitos positivos sobre o ambiente, visto que este é de suma importância para a continuidade do modo de vida dessas comunidades.

Embora Mandira-SP, São Jorge-ES e Povoação de São Lourenço-PE, sejam frutos de situações regionais e contextos socioculturais ímpares, as três comunidades têm muito em comum, populações negras historicamente marginalizadas, habitantes da Mata Atlântica, se reinventaram para garantirem suas permanências em seus territórios e vêm, a partir de um processo organizativo, abrindo-se a novas possibilidades de desenvolvimento socioeconômico.

Desta forma, avalia-se que as três comunidades estudadas ao longo desta pesquisa além de serem exemplos emblemáticos de luta por seus territórios, são também comunidades dispostas a inovações na gestão dos recursos naturais, tais como a introdução de sistemas agroflorestais, bem como outras formas de desenvolvimento socioeconômico local em bases sustentáveis.

Desta forma, conclui-se esta pesquisa com a afirmação de que as populações tradicionais e especialmente as populações quilombolas podem sim ser aliadas da conservação da natureza. E no que diz respeito especificamente à Mata Atlântica, diante de seu histórico de ocupação e destruição, afirma-se também que seus remanescentes florestais somente existem porque neles viviam populações tradicionais, pois de outra forma estes teriam sido apropriados e consumidos pelo desenvolvimento urbano industrial do país.

## **Bibliografia**

- ADAMS, Cristina. **Caiçaras na Mata Atlântica, pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2000. 337p.
- ALIER, Joan Martínez. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. da FURB, 1998. 402p.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” In: ACSELRAD, Henri (Org). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Reúne Dumaró, 2004. p. 37–56.

- ANGELO-FURLAN, Sueli. A natureza ilhada: a concepção de áreas protegidas no Brasil e a política de criação e implantação de unidades de conservação no Brasil. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, 2005a.
- ANGELO-FURLAN, Sueli. **Lugar e cidadania, implicações sócioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do PEIB na Ilha de São Sebastião-SP)**. 2000. 2 vol. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2000.
- ARRUDA, Rinaldo S. V.. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Nupaub/Annablume/Hucitec, 2000. p. 273-290.
- BALÉE, William. Historical Ecology: premises and postulates. In: BALÉE, William. **Advances in historical ecology**. Nova Iorque: Colombia University Press, 1998. p. 13-29.
- BALÉE, William. **Footprints of the forest Ka'apor ethnobotany the historical ecology of plant utilization by an amazonian people**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1994.
- BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. São Paulo: Editora FGV, 2006. 176p.
- BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de conservação, intenções e resultados**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2003. 230p.
- CANTELE, Bruna Renata; SCHNEEBERGER, Carlos Alberto; AFONSO, Eduardo José. **Os povos das florestas**. São Paulo: Editora do Brasil, 1998. 79p.
- CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. p. 165-182.
- DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos pra a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. p. 149-163.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; ARRUDA, Rinaldo S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001. 176p.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; VIANA, Virgílio M. (Orgs.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: Nupaub, 2000.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos pra a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. 290p.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994. 163p.
- GHIMIRE, Krishna. **Parques e populações: problemas de sobrevivência no manejo de parques nacionais na Tailândia e em Madagascar**. São Paulo: Universidade de São Paulo – NUPAUB, 1993.
- GHIMIRE, Krishna; PIMBERT, Michel (Orgs.). **Social change & conservation: environmental politics and impacts of national parks and protected areas**. Reino Unido: UNRISD, 2000. 342p.
- GOMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos pra a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. p. 125-147.
- GOMEZ-POMPA, Arturo. Posible papel de la vegetación secundaria en la evolución de la flora tropical. In: **Biotropica**, Vol. 3, Nº 2, 1971. p. 125-135.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2000. 144p.
- IBAMA-PB; IBAMA-PE; UFPB. **Diagnósticos socioeconômico, ambiental e biológico da região dos estuários dos rios Goiana e Megaó PE e PB**. João Pessoa, 2006. 55p.

- LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphael. **Do bom uso da natureza. Para uma filosofia do meio ambiente.** Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 358p.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2001. 494p.
- PIMBERT, Michel; PRETTY, Jules. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. p. 183-224.
- POSEY, Darrell Addison. Exploitation of biodiversity and indigenous knowledge in Latin America: challenges to sovereignty and the old order. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **The environment, sustainable development and public policies: building sustainability in Brazil.** Reino Unido, 2000. p. 186-209.
- POSEY, Darrell Addison. Diachronic ecotones and anthropogenic landscapes in Amazonia: contesting the consciousness of conservation. In: BALÉE, William. **Advances in historical ecology.** Nova Iorque: Colombia University Press, 1998. p. 13-29.
- POSEY, Darrell Addison. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, Berta (Org.). **Suma etnológica brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1987.
- POSEY, Darrell Addison; BALÉE, William. **Resource management in amazonia: indigenous and folk strategies.** Nova Iorque: New York Botanical Garden, 1989. 287p.
- REZENDE-SILVA, Simone. **Camburi, território de negros, brancos e índios no limite do consenso caiçara. Transformações de uma população tradicional camponesa.** 2004, 214p. + anexos. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- REZENDE-SILVA, Simone. **Camburi, transformações de uma população tradicional. Caiçaras em uma Unidade de Conservação.** 2000, 140p. + anexos. Trabalho de Graduação Individual (Graduação em Geografia) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.
- SAMPAIO, Francisco de Azevedo de Arruda; ANGELO-FURLAN, Sueli. **Políticas públicas, desmatamento e agricultura no Vale do rio Ribeira de Iguape.** Estudo de caso 5. São Paulo: Instituto de Pesquisas Ambientais, 1995, 80p.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: EDUSP, 2002a. 384p.
- SÃO PAULO (Estado). **Relatório técnico científico sobre os remanescentes da comunidade de Mandira, Cananéia-SP.** São Paulo: ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2002a.
- SILVA, Sandro José da. **Relatório técnico de identificação da comunidade quilombola de São Jorge – São Mateus-ES.** Espírito Santo: INCRA/UFES/APAGEES, 2005.
- YACCOUB, Hilaine. A monocultura, a Aracruz Celulose e os quilombolas do Espírito Santo. Acessado em: 08 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://anarkopagina.org/noticias/monocultura.aracruz.celulose.html>>.